

MESTRADO EM TEMAS DE PSICOLOGIA
PSICOLOGIA DO COMPORTAMENTO DESVIANTE E DA JUSTIÇA

Estigma, vergonha e maternidade: estudo compreensivo sobre a vida de trabalhadoras sexuais

Fernanda Nicolini von Pfuhl

M

2020



Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**ESTIGMA, VERGONHA E MATERNIDADE: ESTUDO COMPREENSIVO
SOBRE A VIDA DUPLA DE TRABALHADORAS SEXUAIS**

Fernanda Nicolini von Pfuhl

Novembro 2020

Dissertação apresentada no Mestrado em Temas de Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora **Alexandra Oliveira** (FPCEUP).

-

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Agradecimentos

Ao meu pai, que sempre me apoiou e acreditou nos meus sonhos, por sempre dispor de seu carinho e atenção nas horas que mais precisei. Obrigada por ter acreditado em mim. À minha mãe, que consegue mostrar de formas simples que na vida conseguimos passar pelos desafios de forma leve e alegre, a me fazer acreditar e perceber que no final tudo ficará bem.

Aos meus avós, Sandra e Virgílio, que sempre com todo amor, carinho e cuidado me motivam a seguir um caminho desafiador em busca de realização pessoal e felicidade.

À Lara Martins, que acompanhou e segurou a minha mão durante todo o meu processo. Que acredita na minha capacidade, às vezes mais do que eu mesma. Obrigada por caminhar do meu lado quando eu mais precisei, por mostrar o quanto eu sou capaz de lutar pelos meus objetivos e por me levantar nos momentos difíceis.

A todos meus amigos que conheci durante a trajetória do mestrado, que formaram uma grande rede de apoio enquanto estive longe do meu país, que me acolheram como família e casa: Giorgia Paladini, minha querida parceira em Portugal; Luisa Lamounier, que me apoiou nos momentos de foco e motivação; Mariana Massessini, Ana Luiza Leite, Marcella Ducatti, Rafaela Oshima, Pedro Feliz, que foram grandes amigos que pretendo levar para a vida toda.

Às minhas queridas amigas que ficaram no Brasil, que me mostraram que amizade é construída com respeito, admiração, intimidade e parceria, e que mesmo longe estavam torcendo pelo meu sucesso: Rebecca Lameirão, Luana Callia, Paula Pezini, Clara Revah, as considero como irmãs que a vida me apresentou.

À minha orientadora, Alexandra Oliveira, que aceitou meu convite para orientação, a mostrar-se muito significativa para o desenvolvimento deste trabalho, contribuindo para meu amadurecimento profissional.

À Raíssa, Joana, Sabrina, Vanessa, e todas as mulheres que conheci no terreno, ao longo deste trabalho, por compartilharem comigo um pouco de suas respectivas jornadas nesta vida. Uma grande admiração pelas mulheres que conheci, que se mostraram fortes, batalhadoras, sonhadoras e independentes. A todas as mães trabalhadoras, que me mostraram como é a luta diária para garantir amor e estabilidade à família, obrigada por me proporcionarem um grande exemplo de como lutar pelo direito da maternidade e pelo direito do amor e cuidado.

Resumo

O trabalho sexual é conhecido e estudado historicamente através de diversas perspectivas. Neste estudo, pretendemos aprofundar aspetos relacionados com as consequências do estigma, da vergonha e da vida dupla sobre as trabalhadoras do sexo, além de refletir sobre a maternidade e os padrões impostos em relação a esta. A metodologia utilizada foi a observação participante através da imersão no terreno, em um espaço onde ocorre comércio sexual, localizado na cidade do Porto. As visitas ao espaço decorreram durante seis meses e incluíram a observação e a interação com mulheres trabalhadoras sexuais. Estas mulheres, com idade entre os 22 e os 61 anos, trabalhavam no comércio sexual há entre um e doze anos. Os principais objetivos, que foram identificados após observação no terreno, são reconhecer e compreender o estigma que as mulheres trabalhadoras sexuais sofrem e suas consequências nas suas vidas pessoais e profissionais; entender e relacionar os papéis sociais da mulher com o padrão imposto pela sociedade da representatividade do *ideal* de feminino e da maternidade e, por fim, analisar a relação e os impactos do exercício da maternidade junto com o trabalho sexual. Conclui-se que é necessário desconstruir e desestigmatizar o comércio sexual, com a finalidade de inclusão das profissionais do sexo na sociedade e de minimizar situações de violência e exploração. Espera-se que o presente estudo possa contribuir para explorar a discussão sobre o tema do trabalho sexual, com o propósito de ampliar novas perspectivas sobre o tema.

Palavras chaves: Trabalho sexual, prostituição, estigma, vida dupla, maternidade.

Abstract

Sex work is known and studied historically from different perspectives. In this study, we intend to deepen aspects related to the consequences of stigma, shame and double life on sex workers, in addition to reflecting on motherhood and the standards imposed in relation to it. The methodology used was participant observation through immersion on the ground, in a space that occurs sex trade, located in the city of Porto. Visits to the space lasted for six months and included observation and interaction with sex worker women. These women, aged between 22 and 61, had worked in the sex trade for between one and twelve years. The main objectives, which were identified after observation in the field, are to recognize and understand the stigma that women sex workers suffer and its consequences in their personal and professional lives; understand and relate the social roles of women with the standard imposed by the society of the representation of the ideal of feminine and motherhood and, finally, analyse the relationship and impacts of the exercise of motherhood together with sex work. We conclude that it is necessary to deconstruct and destigmatize the sex trade, in order to include sex workers in society and to minimize situations of violence and exploitation. It is hoped that this study can contribute to explore the discussion on the topic of sex work, with the aim of broadening new perspectives on the topic.

Keywords: Sex work, prostitution, stigma, double life, motherhood.

Résumé

Le travail du sexe est connu et étudié historiquement sous différents angles. Dans cette étude, nous avons l'intention d'approfondir les aspects liés aux conséquences de la stigmatisation, de la honte et de la double vie sur les travailleuses du sexe, en plus de réfléchir sur la maternité et les normes imposées à son égard. La méthodologie utilisée était l'observation participante par immersion au sol, dans un espace de commerce du sexe, situé dans la ville de Porto. Les visites de l'espace ont duré six mois et comprenaient l'observation et l'interaction avec des travailleuses du sexe. Ces femmes, âgées de 22 à 61 ans, travaillaient dans le commerce du sexe depuis un à douze ans. Les principaux objectifs, identifiés après une observation sur le terrain, sont de reconnaître et de comprendre la stigmatisation dont souffrent les travailleuses du sexe et ses conséquences dans leur vie personnelle et professionnelle; comprendre et relier les rôles sociaux des femmes à la norme imposée par la société de représentation de l'idéal de la femme et de la maternité et, enfin, analyser la relation et les impacts de l'exercice de la maternité avec le travail du sexe. Nous concluons qu'il est nécessaire de déconstruire et de déstigmatiser le commerce du sexe, dans le but d'inclure les travailleuses du sexe dans la société et de minimiser les situations de violence et d'exploitation. On espère que cette étude pourra contribuer à explorer la discussion sur le thème du travail du sexe, dans le but d'élargir de nouvelles perspectives sur le sujet.

Mots clés: travail du sexe, prostitution, stigmatisation, double vie, maternité.

Índice

Introdução	1
1. Enquadramento teórico.....	2
1.1.Aspectos históricos da Prostituição	3
1.2 O comércio sexual dentro das perspectivas feministas.....	5
1.3 Perspectivas políticas da Prostituição	7
1.4 A liberdade, a sexualidade e o corpo da mulher	10
1.5 Marginalização, estigma e vulnerabilidades das trabalhadoras do sexo.....	14
2. Método.....	18
3. Análise e discussão dos dados de terreno	22
3.1. Estigma, moralismo e vergonha.....	22
3.2. Vida dupla e maternidade	27
4. Conclusões e reflexões finais	35
5. Referências Bibliográficas.....	38

Introdução

A prostituição é conhecida como um dos fenômenos sociais mais antigos do mundo e vem sendo observada e estudada através de diversas perspectivas, que refletem sobre a prática do trabalho sexual e suas consequências na sociedade.

Neste trabalho, a metodologia utilizada foi a observação participante através de visitas no terreno, que incluiu observação e diálogo com as mulheres trabalhadoras sexuais, com a proposta de estabelecer vínculo e proximidade com as mesmas, além de verificar e conhecer a realidade do terreno. A partir das observações pode-se notar temáticas emergentes, dentre elas alguns assuntos que se cruzavam entre suas histórias e relatos. Os principais objetivos identificados e analisados foram: reconhecer e compreender o estigma que as mulheres trabalhadoras sexuais sofrem e suas consequências nas suas vidas pessoais e profissionais; entender e relacionar os papéis sociais da mulher com o padrão imposto pela sociedade da representatividade do *ideal* de feminino e da maternidade e, por fim, analisar a relação e os impactos do exercício da maternidade junto com o trabalho sexual. Estes temas serão discutidos ao longo deste trabalho.

Existem padrões sociais pré estabelecidos historicamente que definem os comportamentos das mulheres até os dias atuais. Estes aspectos históricos influenciam a vida das mulheres através da determinação do *padrão ideal* de mulher, reconhecido por um modelo de sociedade patriarcal, no qual esta se deve dedicar inteiramente ao lar, à maternidade e à família (Sacramento & Ribeiro, 2013). Esta perspectiva reflete-se em impactos a quem não cumpre diretamente este padrão, assim considerando as mulheres que não o fazem, com estigma e marginalização (Oliveira, 2013). Quando se trata da prostituição, aprofunda-se ainda mais o fenômeno da marginalização, do estigma e das vulnerabilidades das trabalhadoras sexuais. Tal pode-se relacionar com situações embasadas no moralismo junto com o estigma, que colocam as mulheres trabalhadoras sexuais à margem da sociedade, o que tem consequências na vida das mesmas (Oliveira & Fernandes, 2017). Durante o trabalho no terreno, notou-se alguns exemplos como o estigma reforçar a dificuldade em assumir o trabalho das profissionais do sexo para a sociedade, a remeter para um sentimento de vergonha de sua história e profissão, assim, a trazer como consequência uma vida dupla, com dois papéis sociais: um, a representar o ideal de mulher imposto pela história e sociedade, e o outro a prostituta (Cristofanini,

2017). Diante disso, o fenómeno da maternidade pode ser relacionado e analisado também historicamente baseando-se na formação do papel materno *ideal*, que se assimila com a vocação total à família e filhos de acordo com a referência da medicina ocidental e remete a imagem de pureza trazida pela religião (Vásquez, 2014). A maternidade, muito presente na vida das profissionais do sexo, faz com que ocorra uma grande divisão nos papéis sociais, o que também implica na condução de uma vida dupla, sendo uma delas uma vida que traduz uma imagem de pureza, com foco na família e nos filhos, e uma segunda vida que se mostra no âmbito profissional, quando trabalham com o sexo. Esta vida dupla faz com que as mulheres se dividam em segredos, com o sentimento de vergonha para mostrar sua verdadeira identidade.

Assim, considera-se este estudo pertinente pois o tema do comércio sexual é visto diante de inúmeras perspectivas, mas muitas vezes de forma externa à prática e à realidade em que as profissionais do sexo estão inseridas. Desta forma, há uma grande relevância em se aproximar do terreno e poder romper estigmas e ideias que estão enraizadas na sociedade. Considera-se que esta dissertação pode explorar e ampliar a discussão sobre o tema do trabalho sexual, com a finalidade de auxiliar profissionais que atuam com trabalhadoras do sexo, dentre eles: profissionais da saúde, profissionais da área jurídica ou da área social, entre outros, para que com mais informações sobre o tema do trabalho sexual, se possa adequar ao melhor posicionamento mediante a prática de seus trabalhos e junto a isso, se direcionar às profissionais do sexo com mais informação e preparação, com o intuito de minimizar os impactos negativos que podem surgir na vida destas mulheres.

O trabalho é composto por quatro capítulos, sendo o primeiro a revisão de literatura sobre o trabalho sexual junto com fenómenos sociais, dentre eles os aspectos históricos da prostituição, o comércio sexual dentro das perspectivas feministas, as perspectivas políticas da prostituição, a liberdade e a sexualidade da mulher e, por fim, a marginalização, o estigma e as vulnerabilidades das trabalhadoras do sexo. O segundo apresenta a metodologia utilizada neste estudo, junto com a descrição de todo o processo de observação no terreno. No terceiro capítulo é abordada a análise e discussão dos dados do terreno, no qual é aprofundada a discussão do estigma, moralismo e vergonha e também a vida dupla e a maternidade. E, finalmente, o quarto capítulo que consiste na conclusão e reflexões finais, contendo as conclusões do estudo, bem como suas limitações e importância.

1. Enquadramento teórico

1.1 Aspectos históricos da Prostituição

A prostituição¹ foi marcada mundialmente como um dos fenômenos sociais mais antigos e é a partir dela que pode-se refletir sobre a história do trabalho sexual, seu significado e influência e impactos na sociedade até aos dias atuais.

Segundo Silva (2017), há marcos históricos desta profissão desde 1704 a 1662 a.C. na Mesopotâmia. De acordo com este autor, nesta época, o relacionamento monogâmico prevalecia como uma “norma social”, mas mesmo assim, os homens ainda tinham a liberdade de se relacionar com prostitutas, ainda dentro de um relacionamento. Ainda neste contexto, sobreviver na condição de mulher era muito difícil, levando em consideração que eram raras as mulheres que estavam inseridas no mercado de trabalho, tendo como consequência que se submetessem à vida inteiramente dedicada ao marido e à família. A prostituição, neste caso, poderia ser considerada uma possibilidade que traria independência à mulher, tanto financeira, quanto pessoal.

Na Grécia Antiga, de acordo com (Silva, 2017), os “homens ricos”, sem nenhum estigma ou julgamento, tinham facilmente acesso a serviços sexuais. Ainda segundo este autor, eram oferecidos diversos tipos de serviços, incluindo envolver meninos adolescentes, concubinas, escravas domésticas e até mesmo suas próprias esposas, já que as mulheres eram consideradas servidoras, provedoras e trabalhadoras na questão da sexualidade, priorizando sempre a satisfação do homem.

Nesta altura, reforça-se o papel da mulher na sociedade que é dividido em dois pólos: a mulher “esposa” que deve se dedicar ao lar, à família e ao seu marido, e a mulher prostituta que é vista para satisfação do prazer do homem. Esta divisão fazia com que as mulheres tivessem como único objetivo cuidar dos filhos e da família, a cumprir o papel da maternidade; e as que não cumprissem este aspecto, seriam marginalizadas na sociedade. Assim, como defende Tapplin (1990, citado em Ribeiro et al., 2007), “temos raparigas para o prazer, amantes [não cidadãos] para o refrigério diário dos nossos corpos, mas esposas para nos darem filhos legítimos e olharem pela casa” (p. 54). Nestes dois

¹ Prostituição, segundo Barroso-Pavía (2020), é um termo utilizado para pessoas que prestam serviços sexuais em troca de uma compensação, sendo uma das principais a financeira. Dentro desta concepção, o comércio sexual é geralmente associado a situações de marginalização e de exclusão. Portanto, a palavra prostituição será utilizada nesta parte do texto tendo em conta o contexto histórico vigente que sustenta a ideia da marginalização e exclusão.

papéis, observa-se que, no primeiro, a mulher se dedica inteiramente ao marido, no qual se perebe uma situação de dependência (emocional, financeira) que a torna refém desta situação, enquanto no segundo papel a mulher é vista para satisfazer o homem, mas em busca de uma recompensa e troca, no caso financeira, para atingir certo nível de independência.

Permitiu-se, na Grécia Antiga, uma divisão de classes na prostituição, designando como escravas as que ficavam nos bordéis, ou as flautistas e dançarinas. Também havia as prostitutas de alta classe que, por sua vez, ocupavam um importante lugar social, pois eram consideradas as mulheres mais bem educadas no Ocidente, ou seja, com mais acesso à informação, fugindo assim de um padrão imposto de que a mulher deveria somente cuidar do lar, mas que também era possível se arriscar para ter novas oportunidades, enquanto as “esposas tinham uma vida restrita ao lar e não tinham acesso ao conhecimento intelectual” (Albuquerque, 2012, p. 113).

Outra questão relevante é que as prostitutas da classe alta não possuíam somente uma função específica e podiam atender também às outras demandas como intelectuais e emocionais dos homens, já que a nível estritamente sexual havia as escravas (Silva, 2017). Este padrão ainda se repete nos dias atuais, no qual se observa diversos casos de clientes que buscam além da satisfação sexual, também muitas vezes suporte emocional, ou companhia para conversar e fazer atividades casuais como sair para jantar, viajar, entre outros.

Em Atenas, de acordo com Silva (2017), entre 650 a.C a 570 a.C, a atividade da prostituição passa a ter relevância econômica e foi aplicada a “taxa da prostituta” que funcionou como uma regulamentação de sua atuação como prostituta dando até a possibilidade de abrir o seu próprio bordel, tornando a prostituição como um “negócio”. Portanto, passa a ser uma atividade com rendimento de lucro para o Estado, como acontecia também em Roma. Nota-se, assim, que a prostituição tem um valor econômico até mesmo na Grécia Antiga.

Logo após, em Roma, com o surgimento da Idade Média, houve uma grande influência da igreja católica que tinha uma posição muito rígida, de cunho moralista, contra a prostituição. Havia também influência de padrões impostos para o papel da mulher, com o ideal de mulher da família, mãe, e que respeita e segue a religião. O posicionamento da igreja católica variava muito, da condenação à tolerância, a considerar e relevar através de fatores e benefícios econômicos que a atividade poderia propor ao Estado (Mendonça, 2013). Neste caso, os papéis sociais e econômicos eram relevantes

para a Igreja até certo ponto, na medida em que a prostituição torna-se rentável economicamente, a Igreja se colocava a favor, mas que logo voltava a ser algo a discutir por conta do surgimento de julgamentos morais.

A Igreja católica, segundo Albuquerque, (2012) considerava a prostituição como pecado e tinha como objetivo tentar controlar esta atividade. Ainda segundo o mesmo autor, no contexto medieval, houve a tentativa de erradicar a prostituição pelo rei Luís IX, em 1269, na França, porém sem sucesso. Tomando isto em conta, é importante considerar que em praticamente todos os contextos particulares de cada época, onde houve prostituição, houve a tentativa do Estado em regulamentar esta atividade.

Pode-se perceber que a discussão da prostituição é algo que percorre por séculos na sociedade, sendo um debate que engloba valores morais, discussões sobre o papel da mulher, questões laborais e de direitos da mulher que atua com o comércio sexual. Esta discussão está presente até mesmos nos dias de hoje e em muitos países ainda não há certamente uma posição sobre o assunto, portanto, nota-se a necessidade sobre a abordagem deste tema e analisar amplamente as diversas visões sobre a prostituição e a mulher. Ainda atualmente, com resquícios do histórico anteriormente citado, a prostituição é encarada como um tabu, pois a mulher prostituta sofre com diversos preconceitos e estereótipos que a estigmatizam como “imoral”, trazendo assim inúmeras consequências no seu cotidiano que serão descritas ao longo deste trabalho.

1.2 O comércio sexual dentro das perspectivas feministas

De acordo com Oliveira (2013), existem duas principais correntes feministas para o comércio sexual, que serão analisados de uma forma crítica. A primeira abordagem habitualmente designada por feminista radical, considera que, por conta do domínio do patriarcado na sociedade, o prazer e a satisfação do homem encontram-se em prioridade, tornando a prostituição um trabalho de submissão e escravidão. A segunda forma de analisar o trabalho sexual² seria através do feminismo liberal, que compreende os serviços sexuais como uma liberdade de escolha e do seu corpo, no qual responsabiliza cada mulher por suas próprias decisões.

² De acordo com Alvim (2013), “o conceito de trabalho sexual surge pela primeira vez nos anos 1970, é proposto por Carol Leight, prostituta e activista norte-americana, com o objetivo de reivindicar a legitimidade, a destigmatização e normalização do trabalho sexual, rocurando atribuir algo inexistente neste campo: direitos humanos e laborais” (p. 88). Neste caso, o termo trabalho sexual será utilizado quando se referir a perspectivas que defendem o direito de escolha da mulher frente ao comércio sexual, a considerar a prática e venda de serviços sexuais e a determinar assim, o reconhecimento da prostituição como trabalho (Barroso-Pavia, 2020).

A partir do feminismo radical, entende-se que a prostituição é uma forma de dominação das mulheres que alimenta o patriarcado³ e a posição de domínio dos homens sob as mulheres onde as prostitutas seriam tratadas como “objetos” através do controle masculino, que age com uma postura de poder e de satisfação do seu prazer. Nesta questão há o pressuposto de um corpo biológico e de uma opressão patriarcal sob a mulher-prostituta (Pasini, 2005). Com este olhar, compreende-se que a mulher se mantém no trabalho sexual devido ao interesse do homem de financiar e de buscar prazer através das prostitutas.

O feminismo radical também defende a ideia de que o corpo da mulher está à venda, tendo assim uma associação da escravidão da mulher com a prostituição. Além disso, considera a prostituta como vítima, tanto do patriarcado, quanto de suas “condições” de trabalhar com o sexo.

Ao conceber todas as situações e experiências de prostituição como vitimizantes, ao dirigir o seu discurso apenas às mulheres, ao aplicar os seus princípios a qualquer experiência de trabalho sexual, não interessando se se trata de prostitutas de rua ou de acompanhantes, de atrizes de filmes pornográficos ou de *web cam girls* e, ainda, ao veicular o viés da exemplificação dos casos mais extremos e graves de exploração e vivência negativa da atividade, esta abordagem [feminismo radical] demonstra como é simplista e não atende à multiplicidade de situações e experiências (Oliveira, 2013, p. 20).

Por outro lado, o feminismo liberal defende que o ato de se prostituir é uma liberdade de escolha de profissão e de como valorizar e usar o corpo de forma livre, pensando que a escolha deve ser compreendida com prós e contras, assim focando na liberdade da mulher em apropriação do seu corpo e suas respectivas decisões. Além disso, considera a importância do reconhecimento da prostituição como trabalho e argumenta a necessidade da regulamentação e descriminalização da prostituição para garantia de direitos como todos os outros trabalhadores (Oliveira, 2013; Pasini, 2005). Esta visão sustenta que prostituição deve ser considerada como trabalho pois segue os conceitos do capitalismo, ou seja, não deixa de ser uma troca comercial e, portanto, deveria ser regulamentada como tal.

³ É importante comentar que, segundo Pasini (2005), o conceito de patriarcado defende em seu sentido literal, a universalização da dominação masculina em toda a sociedade. Como esta realidade atualmente se tem se modificado, com mulheres enfrentando e se colocando em algumas situações de poder, deve-se discutir sobre o termo para as novas condições sociais.

Portanto, observam-se duas perspectivas extremamente opostas, sendo elas: a prostituição considerada radicalmente uma forma de exploração e vitimação da mulher e o comércio sexual sendo encarado como liberdade máxima de escolha da mulher e de seu corpo. Em nenhuma das abordagens deve ser desconsiderado que não se pode tirar a liberdade de escolha da mulher, isso inclui a escolha da sua profissão, domínio do seu corpo e validar também que não se pode ignorar pessoas que são vitimadas ou oprimidas dentro do mercado sexual. Portanto, devem ser analisados seriamente ambos os lados de uma forma flexível e reconhecer cada caso particular. Dentro do comércio sexual, há inúmeras realidades, ambientes e situações de trabalho que devem ser consideradas com muita atenção. Ainda que assim, não é ideal romantizar a prostituição como se a prática do trabalho sexual fosse controlada em todas estas realidades. “Se a exploração não é intrínseca ao trabalho sexual, também não é verdade que todas as mulheres se sentem libertadas pela prostituição” (Oliveira, 2013, p. 21).

Na abordagem do feminismo radical muitas mulheres defendem a apropriação e aceitação do corpo da mulher, a dominação da mulher na sociedade, a ocupação do espaço e da liberdade e direitos da mulher, neste discurso inclui a defesa de todas as mulheres menos as prostitutas, porque nesta perspectiva radical as prostitutas estão na função de “satisfazer o homem”, neste sentido, exclui uma parte da população feminina, o que pode-se também encaixar em todos os conceitos anteriores citados, tais como a apropriação do corpo, a liberdade e a ocupação do espaço feminino, entre outros - é só uma questão de perspectiva (Pasini, 2005).

Pode-se iniciar uma discussão a respeito de que as duas abordagens buscam defender o papel social da mulher. Considerando que a prostituição é uma realidade mundial, histórica, que percorre até mesmo os dias atuais, e que, mesmo de forma diferente, ainda há espaço para o mercado do sexo, a melhor forma de lidar com as mulheres prostitutas e trabalhadoras do sexo seria: aumentar a estigmatização e marginalização das mulheres ou a aceitação da escolha desta profissão e com isso garantir os seus direitos e a sua segurança?

1.3 Perspectivas políticas da Prostituição

Existem alguns olhares sobre a prostituição que envolvem o sistema jurídico e do Estado, sendo eles: o sistema proibicionista, o regulacionista e o abolicionista.

Segundo Silva (2017), o sistema proibicionista criminaliza a prostituição com absoluta proibição, de forma que as trabalhadoras sexuais devem ser tratadas como

criminosas e serem perseguidas, tendo assim, uma perspectiva que as culpabiliza, sem nenhum amparo legal e jurídico, apenas condenando o ato da prostituição como crime. Ainda de acordo com o mesmo autor, o objetivo do sistema proibicionista é erradicar a prostituição. Isto pode apresentar consequências de violência jurídica e policial para as mulheres trabalhadoras do sexo, porque de certa forma não há nenhuma lei que ampare ou garanta seus direitos.

Dentro da lógica proibicionista, de acordo com Silva (2017), nota-se o reforço de afastar qualquer política pública em defesa das mulheres trabalhadoras do sexo, já que esta prática é vista como um crime, assim, as prostitutas sofrem repressão pelo sistema policial e jurídico, o que reforça o estigma e preconceito diante da mulher trabalhadora do sexo, além da exclusão da mesma de seus direitos na sociedade. Segundo o mesmo autor, desta forma, não há espaço para discussões e ampliação de políticas públicas e melhorias para essas mulheres. Esta perspectiva, quando aborda a prostituição como um fenómeno social e económico, associa à visão de que a prática é degradante para a condição da mulher.

No sistema de regulamentação parte-se do pressuposto de que o comércio sexual e a oferta de serviços sexuais é uma realidade inevitável e que a partir de sua existência pode ser legalizada e regulamentada a fim de melhorar a qualidade de vida, no âmbito da saúde, laboral, da lei e de proteção da mulher trabalhadora do sexo. “Em especial pretende facilitar a definição de soluções políticas de intervenção social e de proteção dos actores sociais envolvidos, em especial no domínio da saúde pública” (Ribeiro et al, 2007, p. 66). Este modelo também pode implicar práticas de redução de riscos com as mulheres, que tem como objetivo minimizar os riscos e danos à vida de quem escolher a prática sexual como trabalho, com a finalidade da prevenção de doenças e melhorar questões de saúde e da qualidade de vida da trabalhadora sexual. Estes serviços podem ser através de políticas públicas, serviços sociais ou instituições.

Neste caso, segundo Silva (2017), o foco da abordagem regulamentarista é o controle do comércio sexual, com a finalidade de garantir saúde e ordem pública. Em alguns casos também pode-se defender a ideia de que a prostituição pode ser reconhecida como trabalho, oferecendo direitos laborais para as trabalhadoras sexuais. Ainda segundo o mesmo autor, pode haver determinado controle da prática de acordo com regras definidas, como a prostituta sendo trabalhadora sexual, sob os comandos ou não de algum empresário e seus diversos clientes.

De acordo com Leite (2016), na Holanda, onde a política voltada para a prostituição é a regulamentação, depois da legalização houve uma queda da prostituição de rua e as condições de vida de quem trabalha com a prostituição melhoraram. Ainda segundo este autor, outro país onde é legalizada o comércio sexual é a Nova Zelândia, que teve como objetivo regularizar a prática para garantir proteção, melhoria nas condições de vida e do exercício da atividade, o que teve como consequência um melhor acesso aos direitos trabalhistas e de justiça.

O sistema abolicionista surge no século XIX, com o objetivo de erradicar o tráfico de pessoas e a exploração sexual, que foram questões problemáticas que surgiram ao longo do tempo junto com a prostituição (Silva, 2017). Este modelo “pune a exploração comercial da mesma por a considerar lesiva relativamente à dignidade humana” (Ribeiro et al, 2007 p. 65).

O abolicionismo pode ser compreendido através de um olhar de vitimação para a mulher que trabalha com o sexo, diante da situação de que está nesta condição não por uma escolha e sim por não haver outras oportunidades na vida. Neste caso, a sociedade visa retirar a mulher das condições de trabalhadora sexual a fim de “resgatá-la” dessa situação, com um olhar ainda mais estigmatizante e excludente, assim a mulher é vista como vítima em todos os setores, seja pela dominação masculina, pelo Estado ou pela política, entre outros (Burbulhan, Guimarães & Bruns, 2012). Neste caso, segundo Piscitelli (2012), “a consideração das prostitutas como vítimas, específica do abolicionismo, está associada à ideia de que o consentimento delas é irrelevante, desconhecendo o princípio de autonomia da vontade” (p. 21).

O olhar abolicionista frente à atividade da prostituição pode ser relacionado com o feminismo radical, que reconhece a profissional do sexo como vítima, afastando-a de inclusão na realidade social. Ambos reconhecem que a prostituição “torna mulheres objetos” tratando a prostituição como uma violência sexista, negando qualquer forma de prostituição livre (Piscitelli, 2012).

Parte dos movimentos feministas, pode também vitimizar a trabalhadora do sexo, pois analisa a prática como “resultante de uma sexualidade masculina fragmentada e apenas para satisfazer eventuais perversões sexuais masculinas, assim como para manter a dominação do homem sobre a mulher” (Ribeiro et al. 2007, p.64). “Continuar olhando para a prostituta enquanto um sujeito vitimizado desta relação da prostituição, parece somar colocá-la em um lugar de desprivilégio social” (Pasini, 2005, p. 6). Com este o olhar, um profissional que atue com mulheres profissionais do sexo, por exemplo, pode

ao invés de se aproximar, com uma relação de vínculo e de entender sua realidade como um todo, se afastar e torna uma relação mais vazia e distante de suas reais necessidades. Segundo Pasini (2005), este modelo pretende eliminar a prostituição, mas com o objetivo central de combater os traficantes sexuais, empresários de prostitutas e, ainda, os clientes, como é feito na Suécia - que criminaliza os clientes das prostitutas.

Segundo Leite (2016), a Suécia, em 1999, foi um dos primeiros países europeus a criminalizar a compra de serviços sexuais a prostitutas, criminalizando os clientes. Seu modelo pode ser considerado um modelo diferente, conhecido como neocriminalização ou “modelo sueco”, porque incrimina o cliente a fim de erradicar a procura do mercado do sexo.

Em Portugal, a prostituição foi despenalizada em 1983, deixando de ser punida, mas manteve incriminadas outras esferas da prostituição, somente relevando a trabalhadora sexual e o cliente, ou seja, incrimina bordéis, empresários e pessoas que trabalham e lucram dentro de comercialização do trabalho das mulheres (Leite, 2016). Este modelo implica um vazio legislativo, que ainda não garante qualquer proteção ou direitos para os profissionais do sexo, fazendo com que se torne ainda longa uma discussão sobre políticas públicas voltadas para o mercado do sexo.

1.4 A liberdade, sexualidade e corpo da mulher

Pode-se iniciar a análise da liberdade, sexualidade e corpo da mulher, a partir do pressuposto de que há uma separação na forma do olhar, interpretar e representar o corpo feminino que se prostitui. Desta forma, podemos entender que o corpo e o ato sexual dividem-se em duas partes compreendendo que a mulher não está a vender a si mesma durante seu trabalho, separando seu corpo de seus aspectos emocionais e pessoais. De acordo com Oliveira (2008), “a prostituta é uma profissional e, enquanto tal, pagam-lhe para que ela efectue um serviço; esse serviço implica o uso do corpo, mas não implica do seu Eu” (p. 129).

Deste modo, segundo Pasini (2005), existem laços distintos com o corpo que se dividem entre um *corpo-afeto* e o *corpo-mercadoria*. Assim, distingue-se “corpo”, o primeiro, o que representa e atua dentro suas relações afetivas, onde a mulher se envolve emocionalmente, ou quer satisfazer seu prazer pessoal; e o segundo, no qual a mulher usa o corpo para o trabalho, mantendo-se, assim, um distanciamento emocional e afetivo com o cliente. Além disto, estas formas de interpretar os corpos são formas de relações sociais, no sentido de como a mulher se relaciona e comunica com o mundo externo. Ainda

segundo a mesma autora, uma maneira de distinguir esses dois tipos de corpos seria quando a trabalhadora sexual impõe regras e limites durante o seu serviço com o cliente, por exemplo, a duração do serviço, o uso de preservativo, beijar ou não o cliente, entre outros, mostrando assim autonomia sobre seu corpo e suas escolhas.

É a prostituta quem decide se fará o programa, se vai dispor do seu corpo e ficar mais tempo com o homem no quarto do programa, se receberá ou não dinheiro por isso, quais os serviços sexuais que ela prestará?[...] Isto é um forte indicativo para demonstrar que o corpo da prostituta não é tão alienado e vitimizado quanto pode parecer e, mais do que isso, que a prostituta tem sim um certo tipo de escolha (Pasini, 2005, p. 5).

Olhando pela perspectiva do cliente, se há mercado voltado para o prazer é porque há interesse na compra do prazer. Esta troca engloba o sistema capitalista, afinal, a mulher oferece serviços sexuais em troca de dinheiro, compreendendo-se que a prostituição é uma troca econômica e sexual. De acordo com Burbulhan et al. (2012) “a prostituição não pode ser enxergada como a última saída para essas mulheres ganharem dinheiro, visão que as torna vítimas; deve-se considerar a escolha por esse caminho como meio de obter dinheiro, o que certamente não tem relação direta com promiscuidade” (p. 55).

Desta forma, é possível notar que ao contrário da perspectiva da vitimação, dentro da prostituição pode-se também encontrar a autonomia e a liberdade colocando a mulher numa posição de escolha a partir do seu corpo ao impor limites – e isto vai além das profissionais do sexo, aplica-se a todas as mulheres, fazendo com que o domínio do próprio corpo seja visto como uma forma de empoderamento, tanto com o olhar para si mesma, quanto para as relações, sejam pessoais, profissionais ou com clientes.

Não se pode negar que não há como ter controle absoluto na relação da prostituta e cliente, pois ainda há uma relação de poder entre homem e mulher, mesmo com regras. “Aqui tanto a mulher como o homem tem suas práticas sociais e sexuais dotadas de regras, as quais, são construídas a partir de suas escolhas e comprometimento, em que ambos buscam o agenciamento do seu sujeito social.” (Pasini, 2005, p. 6)

Segundo Pasini (2005), o olhar da vitimação para a prostituta a coloca numa posição de “inferior”. No sentido literal, olha-se a mulher como vítima, fazendo com que seja vista com um olhar de julgamento e preconceito, em um lugar de desprivilégio social. Neste sentido, a vitimação julga a mulher como se não fosse uma escolha ter esta profissão, mas sim uma condição ou uma necessidade, como se fosse a “última opção”. Dentro desta perspectiva, ainda segundo a mesma autora, o objetivo é retirar a mulher da

profissão de trabalhadora do sexo, como se fosse “libertá-la” de algo que ela não quer fazer.

De acordo com Oliveira e Fernandes (2017), entre as consequências desta visão estão a condenação da mulher, aumentando o estigma e ainda mais a marginalização devido à sua profissão. Ainda conforme os mesmos autores, a partir do momento em que a mulher prostituta é tratada como vítima é reforçada a exclusão da prostituta da sociedade, ou seja, isto faz com que a mulher que escolheu trabalhar com o sexo como sua profissão, se torne ainda mais marginalizada frente à visão da sociedade e isto inclui outras consequências como não ter garantia de direitos do trabalho, acolhimento de instituições de saúde, proteção com base na lei ou proteção policial, implicando numa estigmatização ainda maior dessas mulheres, tanto pela população, quanto por instituições sociais e de saúde.

Neste caso, de acordo com Oliveira (2013), a vitimação das trabalhadoras do sexo faz com que instituições e a sociedade tenham a postura de “resgate” dessas mulheres com a finalidade do abandono desta profissão. Nota-se que há diversas instituições sociais, algumas com influências religiosas, que tem como o objetivo “salvar” a vida destas mulheres, retirando-as deste mercado de trabalho.

O que se pode perceber é que a partir do momento que há este tipo de “libertação”, isola-se a perspectiva da mulher ter escolhido trabalhar com o sexo como um direito de liberdade e escolha (Oliveira, 2013; Pasini, 2005). Ainda segundo as mesmas autoras, muitas mulheres que trabalham com o sexo buscam apoio social e jurídico por conta da procura de mais direitos trabalhistas e também combater situações de risco e violência que estão vulneráveis na prática desta profissão e, neste caso, ao invés de acolher estas demandas, determinadas instituições buscam remover estas mulheres do mercado do sexo, iniciativa em que não há muita adesão das mulheres aos projetos, porque não oferecem trabalho ou oportunidades com o mesmo retorno financeiro ou com a mesma flexibilidade de horários, por exemplo.

Ainda, segundo Pasini (2005) pode-se pensar através do feminismo liberal que a mulher prostituta é alvo de muito preconceito pela dificuldade da sociedade em aceitar que a mulher pode ser livre a ponto de escolher e ter total autonomia do seu corpo, inclusive fazendo parte do comércio sexual, sendo assim um ato de extrema liberdade e autonomia. Esta forma de empoderamento e propriedade de si mesma pode atrair olhares estigmatizantes, pois sempre que a mulher se encontra em alguma posição de poder e liberdade, há olhares de julgamento e preconceito.

Dentro destes conceitos, nota-se que o corpo da mulher que trabalha com o sexo tem diversas formas de ser interpretado, tanto por um olhar pessoal dela mesma, de apropriação e separação dos sentidos de seu corpo, quanto um olhar externo da sociedade, sendo ele de vitimação ou de empoderamento e liberdade do corpo. São estes olhares que interferem na forma de lidar com a mulher e suas relações que trazem consequências sociais e pessoais. Estes olhares fazem com que a interpretação da mulher se altere e se adapte de acordo com a forma de lidar com seu corpo e respectiva liberdade.

A visão conservadora é ainda muito presente quando se trata de sexualidade e da mulher. Quando associada a sexualidade ao feminino, há sempre influências conservadoras que tornam o assunto um tabu. Os tabus são assuntos pouco falados, explorados e fazem com que a mulher perca seu espaço dentro da sexualidade. Estes olhares conservadores fazem com que a prostituição, que é algo normalmente associado à sexualidade e à mulher, seja um tema tratado com preconceito, de forma a ser pouco discutido, dando pouco espaço para escuta e compreensão da vida, escolha, e consequentemente o mais importante: das demandas das mulheres que trabalham com o sexo.

O fenômeno da sexualidade foi sendo desconstruído ao longo do tempo por sociólogos e outros cientistas sociais quando compreende-se que a sexualidade não se limita a algo biológico e psíquico, mas também como uma questão social, como um produto social e que pode ser influenciado por diversos fatores (Oliveira, 2013). Segundo Silva et al. (2002), os movimentos feministas puderam se iniciar devido à grande discussão da sexualidade e suas manifestações sociais, por exemplo, a observar o papel e a representação das mulheres na sociedade, gerando grande discussão em diversas questões, dentre elas a prostituição, assédio sexual, violação, e discriminação com base em gênero.

Os estudos feministas têm sido determinantes na investigação empírica sobre os modos como os padrões de comportamento sexual inculcados nos processos de socialização são, em regra, diferentes por sexo: enquanto as mulheres são educadas no sentido de associar a atividade sexual à intimidade emocional, os homens são induzidos a dissociar ou fragmentar o dito impulso sexual e a emoção (Silva et al. 2002, p. 186).

Nota-se mais uma vez que a sociedade encara de uma forma negativa diversos momentos em que a mulher está associada ao poder, prazer e liberdade, fazendo com que apenas a ideia do papel social da mulher “esposa”, no caso em uma posição de submissão

seja o ideal, a pensar que este papel defende a satisfação dos interesses do homem enquanto se trata do poder masculino na liderança e nos papéis sociais (Pasini, 2005).

De acordo com Pasini (2005), a mulher vista como livre, dona do seu próprio prazer, com apropriação de seu próprio corpo, muitas vezes assusta a sociedade que majoritariamente tem a dominação de poder masculina, pois é vista como uma ameaça nos conflitos e situações de controlo sobre a sociedade. Exemplos para além das prostitutas podem ser observados, como grupo de feministas ao falar da apropriação do corpo e da sexualidade de todas as mulheres, que invocam muitas vezes a oposição e até mesmo discurso de ódio de alguns homens.

No entanto, observa-se que a sexualidade e o corpo juntos devem ser analisados de uma forma cultural, sociopolítica e histórica, valorizando cada contexto e não somente ao bio-psíquico. Dentro de uma análise da mulher trabalhadora do sexo, pontua-se que cada relação sexual torna-se uma relação social, pois assim percebe-se que a mulher prostituta é um ser inserido em diversos contextos que estão associados em seu histórico e papel na sociedade.

Nota-se que dentro dos aspectos da sexualidade, corpo e liberdade da mulher as perspectivas mais conservadoras têm um papel estigmatizante em relação à prostituta, o que acaba por marginalizar estas mulheres, afastando-as de uma possibilidade de inclusão e garantia de direitos e evitando situações de vulnerabilidade, marginalização e violência (Oliveira, 2013). Quanto à uma perspectiva mais liberal, ao encarar a mulher prostituta como um símbolo de liberdade sexual e apropriação de seu corpo, coloca as mulheres dentro de uma visão de empoderamento, tornando-as livres para determinar qualquer escolha que envolva sua vida, seu corpo e sexualidade (Pasini, 2005).

1.5 Marginalização, estigma e vulnerabilidades das trabalhadoras do sexo

Embora nem todas as trabalhadoras do sexo sofram algum tipo de exclusão social, a grande maioria já sofreu algum tipo de preconceito ou estigma por trabalhar com o sexo (Oliveira, 2004), o que as coloca em diversas situações de marginalização e vulnerabilidade. Entre estas, podem destacar-se algumas situações como, por exemplo, no que respeita à vulnerabilidade social, que as prostitutas que atuam em contexto de rua estão muito mais expostas a situações de violência física, verbal e psicológica do que as que trabalham em outros contextos, tanto por parte dos clientes, como por parte de instituições e políticas públicas.

Os processos de exclusão de que são alvo as prostitutas e outros trabalhadores sexuais revestem-se de múltiplas formas. Destes, aquele que se afigura como mais evidente é o da exclusão social. Marginalizar as pessoas que se prostituem implica afastá-las do sistema social, invalidá-las enquanto actrizes sociais e impedi-las de exercer diversos direitos, incluindo o de cidadania (Oliveira, 2004, p. 2).

De acordo com Oliveira e Fernandes (2017), através da estigmatização, as profissionais do sexo sofrem riscos como violência e vulnerabilidade, reforçando a exclusão dessa população, a serem tratadas de forma negativa pela sociedade.

No caso dos clientes, a violência pode surgir de diversas formas: “Nos referimos a una diversidad de actos intencionales que incluyen insultos, agresiones físicas, robos, raptos y violaciones. Las agresiones físicas directas abarcan golpes, puntapiés, amenazas con armas y arrojar objetos.” (Oliveira & Fernandes, 2017, p. 204)

De acordo com Alvim (2013), no contexto Português, a prostituição não é criminalizada mas também não é reconhecida como um trabalho, o que pode implicar no reforço do estigma perante à prática do comércio sexual, assim como consequência a profissional do sexo “sofre uma intensa invisibilidade legal e social” (p. 90).

Pode-se analisar também a vulnerabilidade laboral, na qual as condições de trabalho são de forma precária, colocando ainda mais a trabalhadora do sexo em risco. Outro caso que é reforçado pelo estigma seria relativo às instituições estatais, ou políticas públicas, quando agem de acordo com estereótipos e julgam as prostitutas de forma moral, assim causando diversas situações de desconforto para as mulheres que, ao invés de as proteger de todas as questões sofridas, acabam por marginalizá-las ainda mais. Isto acaba por reforçar o estigma e torna-se mais um tipo de violência contra a prostituta, seja feita no âmbito jurídico, policial, médico ou outro.

Estas situações de violência nas quais as mulheres prostitutas sofrem, acabam por causar sérios danos e traumas psicológicos. O cotidiano, o medo, o risco que está submetido faz com que seu trabalho se torne mais difícil e arriscado e se encontram muitas vezes sem nenhum amparo ou suporte de políticas públicas, jurídicas e de saúde em sua defesa, ainda, reforçando e passando por processos de revitimação depois destes episódios, sejam em hospitais, em esquadras por policiais, entre outras instituições.

Segundo Oliveira e Fernandes (2017), o olhar que recai sobre os trabalhadores do sexo é um olhar desumanizante pela escolha deste tipo de trabalho, acabando por ser uma consequência do estigma sofridos por esta população. Isto reforça que quando sofrem qualquer tipo de violência, esta se torna justificada por sua escolha, tornando-a “legítima”.

A dificuldade de ter uma política voltada para a defesa destas mulheres faz com que a profissão de trabalhador do sexo se torne um contexto extremamente vulnerável e com diversos fatores de risco, não contando com apoio de instituições sociais e públicas, como, por exemplo, a polícia. Além disto, ocorre situações de vulnerabilidade devido à ausência de um suporte legal e jurídico para as mulheres, não reconhecendo a prostituição como trabalho e assim não possuindo algo regulamentado como cobrança de impostos, garantia de direitos laborais, férias, entre outros (Oliveira & Fernandes, 2017).

Como refere Silva (2007), entre a “necessidade”, a “obrigação” ou o “prazer”, os discursos dos agentes policiais entrevistados para a sua investigação:

evidenciam um tratamento profundamente desigual perante as mulheres prostitutas. Para além de estas mulheres serem, por vezes, coagidas a prestar algumas informações como garantia de «liberdade» durante duas horas e de “proteção” perante a violência a que são sujeitas, elas raramente apresentam queixas destas situações, o que reforçará a sua vulnerabilidade e a sua “dependência” em relação às “autoridades” policiais. Esta desigual protecção jurídico-legal e policial reflecte a própria distinção entre as mulheres «mal comportadas» e as mulheres “respeitáveis”, o que faz com que a polícia encare os crescentes assaltos e a violência sexual sobre as prostitutas, sobretudo de rua, como explicáveis pelos seus comportamentos sexuais femininos inapropriados [...] (p. 804).

As queixas de violência contra as trabalhadoras sexuais, segundo o mesmo autor, são normalmente desvalorizadas por polícias, o que se reflete na redução de denúncias nas esquadras ou em departamentos jurídicos. Isto acaba por revitimizar estas mulheres, ou seja, assim que sofrem com algum tipo de violência, seja ela verbal, física ou de roubo e sequestro, elas são vitimizadas novamente (em instituições que supostamente deveriam ser para proteção das mesmas) pelos agentes do Estado que atuam através de opiniões morais e com preconceito.

Quando se trata da relação e empoderamento do seu corpo e da sexualidade da mulher, ainda há muita influência de uma cultura patriarcal e conservadora esta influência carrega o estigma, enraizado na sociedade, que baseia-se no reforço da marginalização destas mulheres. Isso atinge a mulher profissional do sexo em todos os contextos. Neste caso, a marginalização, o rótulo, o estigma frente à prostituição faz com que os trabalhadores do sexo sofram violências diretas e indiretas do Estado e da sociedade,

causando grande impacto psicológico nas mesmas, estes casos de marginalização e vulnerabilidades serão descritos ao longo da análise e discussão deste texto.

2. Método

O presente estudo teve como objetivo geral e inicial conhecer, analisar e compreender a realidade de mulheres que trabalham com o sexo, através de observação participante no terreno da prostituição/trabalho sexual de rua. Este método pode ajudar a “obter respostas através de conversas informais estabelecidas com ‘informantes privilegiados’ por estes lugares de influência na realidade que [se] pretende observar” (Costa, 1986 citado em Santos, 2007). Esta interação é uma estratégia fundamental para estabelecer confiança e vínculo além de permitir vivenciar de fato situações e poder sentir pessoalmente o que acontece no terreno. É importante ressaltar que não se pode descartar a possibilidade destas relações e vínculos serem subjetivas e que pode implicar envolvimento afetivo e análises particulares de cada investigador.

Realizei⁴ visitas semanais durante um período de seis meses a um determinado local onde ocorre comércio do sexo, denominado pelas trabalhadoras como *pensão*, localizada na cidade do Porto, com o intuito de me aproximar e me relacionar de forma horizontal com estas mulheres, para criar vínculos de confiança. Neste sentido, pude vivenciar parte da realidade social em que estão inseridas e também conhecer de forma mais aprofundada suas histórias, contextos de vida, condições de trabalho e suas percepções sobre o trabalho sexual.

As visitas duravam aproximadamente entre três e quatro horas. Esta participação se dava através de diálogo e observação dentro do terreno. Havia conversas sobre variados assuntos cotidianos e também realizei entrevistas de modo informal, a tirar dúvidas sobre seus trabalhos e a perguntar-lhes um pouco de sua história e opinião sobre determinados temas. Na *pensão*, eu me escondia em um dos quartos ao lado da porta, próximo à entrada, para que os clientes não pudessem me ver ou para evitar que eu atrapalhasse o convite ou primeiro contato com eles. Ao entrar algum cliente, a reação das mulheres era de “proteção”: primeiramente ficavam em minha frente para que não pudessem me ver e depois, caso eu chamasse a atenção de alguém, elas diziam frases como *ela não está a trabalhar, ela é estudante*.

⁴ Devido às minhas observações no terreno conterem interpretações pessoais e por conta de estabelecer vínculo com as mulheres, havendo a possibilidade de envolvimento afetivo, continuarei a descrição de minhas visitas e suas respectivas análises usando a primeira pessoa do singular.

No terreno, pude conhecer todas as mulheres (todas cisgénero) que estavam a trabalhar naquela pensão, conseguindo ter uma relação próxima com sete delas. De entre as mulheres que conheci, havia brasileiras, portuguesas e angolanas, com idade entre 22 e 61 anos, que trabalhavam no comércio do sexo entre há um e doze anos.

Quando questionei como era o funcionamento da pensão, Soraia⁵ me respondeu a dizer *nós temos horário a cumprir, como um trabalho normal*. Havia em média, por dia, de cerca de doze mulheres no período noturno, que consistia em oito horas de trabalho, de considerar que havia uma grande rotatividade de horários de trabalho. O horário de trabalho era composto por dois turnos durante tarde e noite, participei do turno da noite que decorria entre 20h às 04h. Os pagamentos dos serviços sexuais eram feitos na recepção da pensão e os valores eram estipulados por tempo e/ou tipo de serviço. O valor estimado de 20 minutos de serviço era de trinta e cinco euros, sendo destes, cinco euros destinados ao responsável pela pensão, que correspondia ao arrendamento do quarto. Este valor poderia estar sujeito à alteração devido ao tempo no quarto, se consumiam bebidas (alcoólicas ou não) ou se o cliente decidia escolher mais do que uma mulher para acompanhá-lo.

O vínculo e a proximidade com as mulheres se iniciaram quando eu passava quase todas as noites em frente à pensão e as cumprimentava com “boa noite”. Como eu vivia próximo daquele local, tal facilitou o acesso à pensão e às mulheres. Por aproximadamente um mês passei a explorar o terreno, a passar próximo das ruas e da pensão daquela zona da cidade, a fim de perceber os horários com mais movimento e se eu reconhecia as mesmas pessoas a trabalhar ou a frequentar aquela área. Depois deste período, me apresentei formalmente às mulheres que estavam a trabalhar e também ao responsável da pensão, que aceitou e permitiu meu trabalho e sempre se mostrou disponível para esclarecer dúvidas, curiosidades e para conversar.

Muitas vezes, na minha chegada à pensão ouvia frases como *ah! que bom que você veio* ou *estava com saudades*. Uma hipótese sobre esta afinidade que tive com as mulheres, foi o fator cultural, pois sendo a maioria delas da nacionalidade brasileira, a mesma que a minha, fez com que pudéssemos dividir experiências parecidas além de ter uma relação cultural que funcionaram como um grande conector. Um exemplo era sempre discutirmos sobre os procedimentos de regularização dos documentos em Portugal, partilhávamos situações da vida de ser imigrante, como dificuldades, adaptação em um

⁵ Para garantir o anonimato das participantes, usei nomes fictícios ao longo de todo o trabalho.

novo país ou experiências pessoais, que tornou-se um grande tema em comum nas conversas. Muitas vezes passei a cumprir com o papel de orientar e informar sobre estas questões de regularização no território europeu, a fim de facilitar os processos de regularização das trabalhadoras em Portugal.

Algumas das mulheres imigrantes iniciaram o trabalho sexual somente depois de se mudarem de país, outras começaram a trabalhar com o sexo em seus respectivos países de origem, e depois se mudaram para o contexto europeu. A questão que todas têm em comum é a busca de uma melhor qualidade de vida e por isso se mudaram para trabalhar em países da Europa, como Portugal, ou outros como Espanha, Suíça e Holanda. Suas atuações dentro do trabalho sexual são em diversos contextos, há mulheres que trabalharam em bares de alterne, outras em discotecas, em apartamentos e no contexto de rua.

Um detalhe que observei é que há muita rotatividade dentro das pensões, as mulheres variam e mudam temporariamente de pensão e/ou ambiente de trabalho de acordo com a maior demanda e movimento dos clientes. Em todas minhas visitas conhecia novas mulheres, e deixava de ver outras que já havia conhecido. Sempre me apresentava novamente aos novos rostos que eu encontrava e este movimento cíclico se repetia em todos os encontros. Outro fator é que as folgas são estabelecidas pelas próprias mulheres. Havia trabalhadoras que viviam no Distrito do Porto e outras que viviam em outras localidades, estas trabalhavam mais dias consecutivos e depois folgavam de quatro a sete dias. Na pensão havia um quarto compartilhado no qual estas mulheres que viviam distante poderiam se alojar durante os dias de trabalho ou também havia casos de mulheres que precisavam de algum alojamento temporário. O custo deste quarto tinha um valor simbólico de dez euros por mês.

A rotatividade também implica no sentido de “idas e vindas” na prática do trabalho sexual. De acordo com as mulheres, elas passam por alguns anos em outros trabalhos, ou também se distanciam por conta de determinados relacionamentos que não respondem bem ao trabalho sexual. Sempre que lhes perguntava há quanto tempo trabalhavam com o sexo, elas respondiam que tiveram pausas por diversos momentos dentro de seus anos de atuação no comércio sexual. Um exemplo de como isso acontece foi durante uma visita, conheci Raíssa, que tinha se divorciado recentemente, tinha experiência como trabalhadora sexual por alguns anos e foi sua primeira vez naquela pensão. Raíssa diz que estava a trabalhar em uma fábrica, mas quis *voltar p’ra vida hoje*. Chegou com uma garrafa de vinho e a dizer: *o dia que você volta, você precisa mesmo beber*.

Esta rotatividade foi um desafio para estabelecer um vínculo duradouro com as mulheres. Desde a primeira vez que me apresentei, em todas as visitas conheci novas trabalhadoras na pensão. A maioria das mulheres já sabia da minha experiência e de minhas visitas, e caso não soubessem, sempre havia alguém que demonstrava-se disponível para me introduzir e me apresentar. Porém, quando eu finalmente conquistava alguma intimidade através de algum diálogo em temas mais profundos, eu deixava de encontrar aquela determinada mulher e acabava por “interromper” o processo do vínculo e confiança. Diante disso, pude obter uma relação duradoura com sete das mulheres, com as quais pude trocar contatos, conversas e me aprofundar em diversos assuntos.

É importante ressaltar que, para além da rotatividade das mulheres nas pensões, outro desafio foi a pandemia da Covid-19, devido à qual a pensão ficou encerrada por três meses. No retorno das atividades, ao retomar as visitas, com algumas mulheres parte do vínculo havia sido quebrado e outras que eu conhecia já não se encontravam a trabalhar. O regresso ao trabalho foi, assim, mais difícil que a primeira chegada. Tive que reiniciar todo o modelo de início, para me apresentar, criar um novo contacto e aproximação. Porém, o novo de grupo de mulheres que estavam presentes foi mais resistente ao diálogo.

As trabalhadoras com quem eu voltei a contatar após o período de quarentena informaram que deixaram de trabalhar por diversas razões, dentre elas: seus parceiros afetivos pediram para interromper o trabalho e elas aceitaram esta condição, estavam em busca de novas oportunidades de emprego ou passaram por mudanças durante o momento de isolamento social que levaram a que resolvessem efetuar uma pausa no seu antigo trabalho. Outras mulheres continuaram a trabalhar na mesma pensão, e as visitei algumas vezes após o fim do confinamento, porém, por conta das normas de segurança e distanciamento social, não era possível permanecer todas as mulheres juntas no mesmo ambiente, o que dificultou o progresso do trabalho. Pude manter contato com algumas delas e tive a oportunidade de lhes agradecer pela participação ao longo deste estudo.

3. Análise e discussão dos dados de terreno

3.1 Estigma, moralismo e vergonha

O estigma foi um fenómeno presente em diversas ocasiões em que fiz observação no terreno. Este pode ser analisado a partir da formação do rótulo de “puta” que carrega diversas consequências e um grande peso às trabalhadoras sexuais. O estigma, que está enraizado no comportamento da sociedade, é construído de forma coletiva, a fim de categorizar as pessoas, “usado como referência a um atributo profundamente depreciativo” com o sentido de “descrédito” ou menosprezo de determinado sujeito de acordo com o julgamento que é considerado dentro da “normalidade” (Goffman, 1963).

Neste sentido, observa-se que o pensamento por trás do estigma foi construído historicamente, pois, como citado anteriormente, a prostituição foi considerada na época da Grécia Antiga como sinónimo de independência e mulheres que trabalhavam com o sexo eram consideradas mulheres cultas e tinham mais poder que as outras que ocupavam o papel de esposa dentro de um casamento. Assim, conforme os ideais da civilização dentro de uma sociedade patriarcal começaram a surgir, através do moralismo, criou-se o estigma da mulher prostituta, que foi considerada fora da normalidade e colocada à margem da sociedade.

Também é possível relacionar a segregação dos papéis sociais da mulher, construídos através da história, nos quais se dividem entre cuidar do lar, da família a cumprir o papel de esposa. A mulher considerada livre para realizar suas escolhas e viver de forma diferente do que supostamente foi lhe imposto, foi conseqüentemente, considerada estigmatizada e marginalizada pela sociedade. Assim, “se plasman estratégias de género por médio de las cuales se adscriben a las mujeres en el ámbito reproductivo, médio por el que se justifica la prescripción de la domesticidade como constitutiva de la naturaliza feminina” (Cristoffanini, 2017). Isto trouxe consequências na forma como as mulheres foram vistas e julgadas por todos.

Frente a isso, observa-se que a imagem da pureza da mulher é compreendida como o ideal do “normal” e a mulher que se prostitui fica à margem, estigmatizada e como desviante. Analisa-se assim que atualmente “a prostituta é estigmatizada não por estar a cometer qualquer infracção legal, mas pela divergência face aos valores dominantes que regulam a sexualidade feminina e estabelece uma ideia de moral e ordem” (Sacramento e Ribeiro, 2014, p. 200).

Assim, como uma das consequências deste estigma, no âmbito externo da sociedade frente ao trabalho sexual, notei na experiência prática no terreno diversas situações em que as profissionais do sexo estavam presentes em situações de vulnerabilidade. Havia insultos verbais constantes com as trabalhadoras sexuais, além de risadas e “brincadeiras” ofensivas. Pessoas na rua, ou até mesmo clientes, pareciam que se sentiam com o direito e a permissão de insultar as mulheres com determinada “sensação” de superioridade. Parecia fortemente que ali não havia mulheres a trabalhar e que buscavam por seu sustento financeiro e de sua família, mas sim o rótulo de “puta” que remete à desumanização das mulheres durante seu período de trabalho. Segundo Goffman (1963), o indivíduo estigmatizado não é considerado efetivamente humano, de forma a construir e justificar uma ideologia de inferioridade.

Quando a prostituta atua no contexto de rua, a mulher está em uma situação de vulnerabilidade maior, ficando, por exemplo, exposta a agressões de clientes, à violência verbal da população e, também, à humilhação e violência psicológica até mesmo de instituições e políticas públicas.

Para além disso, outras questões consequentes do estigma, como a marginalização, fortalecem a dificuldade no acesso a políticas públicas e também questões de segurança. Um exemplo pode ser ilustrado quando observei que as trabalhadoras sexuais possuem advogados particulares para tratar das questões da imigração e da regularização de documentos em Portugal. Eu questionei a respeito de tentarem fazer estes procedimentos sozinhas e Maria me respondeu a dizer *eu sei ver meus documentos, mas independente se eu fizer meu processo de legalização em Portugal sozinha, eu prefiro ter um advogado. Alguém que saiba sobre o que eu faço e alguém que eu possa contar. Se algo acontece comigo na rua, eu sei p'ra quem ligar*. A necessidade de contratar um serviço particular para se sentirem mais seguras, remete à sensação de insegurança da trabalhadora sexual sobre os direitos básicos ao acesso a políticas públicas, como o acesso à polícia ou à saúde em situações de emergência.

Simultaneamente, ao serem empurradas para as margens da sociedade, os estigmas intensificam-se, tornando mais graves as inúmeras consequências negativas que a eles tendem estar associadas: inibição do acesso a serviços básicos, stress, ansiedade, medo da exposição da identidade e permanente esforço de gestão da mesma, exaustão emocional, défice de participação cívica, baixas expectativas pessoais para o futuro, dificuldade para abandonar a prostituição, violência interpessoal e institucional (Ribeiro & Sacramento, 2013, p. 207).

Outra consequência que o estigma pode trazer às mulheres trabalhadoras sexuais é o sentimento de vergonha. Este sentimento faz com que elas escondam sua verdadeira identidade e trabalho. “A vergonha se torna uma possibilidade central, que surge quando o indivíduo percebe que um dos seus próprios atributos é impuro e pode imaginar-se como um não-portador dele” (Goffman, 1963). Este sentimento também remete ao moralismo do que é “certo” a ser feito dentro dos papéis pré-estabelecidos para as mulheres historicamente, e não cumprindo este dever moral, reflete o sentimento de vergonha de seu trabalho e, juntamente, com seu dever a cumprir na sociedade.

Além de ser reforçada pela sociedade, a ideia de “imoral” é carregada pelas próprias trabalhadoras, como consequência de um julgamento enraizado e doutrinado historicamente às mulheres. Por exemplo, Joana me questionou do porquê eu não trabalharia com o sexo: *você não trabalharia com isso porque o depois é muito ruim? P’ra mim o depois é a pior parte, chego em casa e me sinto suja, tomo muitos banhos, às vezes me olho no espelho[...] e tenho nojo de mim, é horrível essa sensação.*

A influência do moralismo diante do trabalho sexual faz com que a mulher carregue um grande peso de responsabilidade tanto no reflexo de como a sociedade trata e julga as trabalhadoras sexuais, mas também o que remete à própria imagem que estas constroem sobre elas mesmas e, nesta imagem, junto com o peso moral, são carregadas a culpa e a vergonha por trabalharem com o sexo.

Dentro do olhar conservador, segundo Silva, Machado e Silva (2002) a sexualidade se torna algo encarado como um tabu, portanto, é pouco discutido, tem pouco embasamento e tem grande influência religiosa, no qual, por exemplo, a sexualidade, a homossexualidade e a prostituição são encarados como “pecados”. Segundo os mesmos autores, há também outro ponto que pode ser visto com a mesma análise conservadora que seria o peso do moralismo a partir da sexualidade, julgada como algo inato e biológico, mas que deve ser controlada pelo juízo moral. O moralismo e a religião podem estar associados ou não, mas estes dois pontos de vista refletem-se na prostituição com uma postura estigmatizante.

Desta forma, a vergonha se manifesta em diversas atitudes, dentre elas, esconder sua profissão à sua família e amigos mais próximos; sua profissão e sua identidade se tornam um segredo. “Enquanto atividade considerada imoral, sabem que aquilo que fazem não beneficiará de tolerância social, mesmo no respectivo círculo familiar” (Ribeiro & Sacramento, 2013). No exemplo citado anteriormente, as mulheres contratam os advogados particulares para terem um contato de confiança, já que escondem sua

verdadeira realidade, como Claudia afirma: *pelo menos alguém precisa saber o que eu faço, assim eu posso confiar nele se alguma coisa acontecer.*

Uma pergunta frequente que fiz no terreno foi sobre o posicionamento das trabalhadoras sexuais frente à regulamentação de seu trabalho. A maioria, ao responder, se impõe com uma grande defesa de que *não teriam uma 'carteirinha' que comprovasse que são putas*, porque isso remete às mulheres um sentimento de vergonha, segundo elas. A respeito desta *carteirinha*, (nome dado pelas mulheres para um documento que formalizasse seu nome juntamente com sua profissão) criou-se uma grande polêmica quando se trata de exteriorizar sobre seu trabalho. A maioria delas diz que teria muita vergonha se seus filhos e familiares descobrissem com o que trabalham. Mariana comentou: *Imagina estar escrito lá no meu documento: puta! O que meus filhos vão pensar? Eu não gostaria de ter essa carteirinha.* Camila também comentou: *imagina! Eu morreria de vergonha de mostrar isso para minha família.*

A “carteirinha” que as mulheres dizem corresponde à formalização de sua profissão, algum documento que concretize e que rotule como trabalhadora sexual. Simbolicamente pode ser compreendida como mostrar para o mundo sua verdadeira identidade e profissão. De acordo com os relatos, o rótulo e a formalidade que esta carteirinha poderia trazer, as envergonha e as faz pensar que não gostariam de expor isso aos seus familiares, conhecidos e à sociedade como um todo.

Depois de muita discussão sobre o assunto da regulamentação, muitas das trabalhadoras sexuais que conheci, mostram-se informadas sobre seus direitos e leis, e a maioria delas entende e reconhece a necessidade da regulamentação para a garantia de uma segurança maior, a nível de direitos básicos, incluindo proteção jurídica e de saúde e também reconhece a estabilidade financeira dentro de um emprego que é regulamentado por lei. Além da situação específica das trabalhadoras imigrantes, que reconhecem que um trabalho formalizado poderia facilitar seus documentos para regularização em Portugal. Talita comentou que quando trabalhou fora de Portugal, se sentia mais segura porque o trabalho era regulamentado: *Eu tinha um documento que comprova meu trabalho e aonde eu o fazia. Se acontecesse qualquer problema comigo e tivesse que chamar a polícia, eles viriam a fim de defender inteiramente a mulher e não o cliente, e que, além disso, elas estariam protegidas em determinada área, por exemplo: se ela fica em determinada rua ou bairro, naquela localização ela estaria amparada pela lei.*

Depois desta explicação, muitas mulheres refletiram e concordaram que a regulamentação teria seus benefícios e seria muito melhor para sentirem-se mais seguras

no trabalho, no entanto, o impacto do estigma e da vergonha frente à prática do trabalho sexual ainda seria um grande entrave para o apoio da regulamentação. O estigma fortalece a dificuldade da regulamentação e a formalização do trabalho sexual, tanto no sentido do olhar da sociedade, quanto no próprio olhar da trabalhadora frente seu próprio trabalho.

Dentro do feminismo, quando perguntei às mulheres sobre esta temática, elas logo disseram que *gostam de um feminismo que as proteja*, porque segundo Raíssa, *já me basta toda gente me julgar, não preciso de mais pessoas dizendo o que eu devo fazer*. No caso de Renata, ela comentou que sua filha se considera feminista mas que não se importa com a profissão da mãe, e desta forma se sentia segura em falar e discutir sobre o tema, além disso disse que aprendia muito sobre o assunto com sua filha. As restantes mulheres que conheci não conheciam ou dominavam muito sobre o tema, quando perguntei se lhes interessavam, elas responderam que não tinham muito interesse e por isso não buscavam este tipo de informação, segundo Jane, *pra mim isso de feminismo é indiferente. Nós que estamos aqui a trabalhar, na hora, ninguém vem nos ajudar e depois querem falar que nós estamos erradas*.

Nesta perspectiva, segundo Pasini (2005), dentro das perspectivas feministas nota-se uma ambivalência, sendo que pela abordagem radical, a prostituição é vista como uma exploração e violência contra a mulher, isso a restringe de ter a liberdade e a escolha da prostituição como uma possível profissão, além de restringir seus direitos de cidadania, direitos legais e laborais devido ao seu trabalho, o que pode prejudicar sua qualidade de vida na sociedade. Assim, pode-se referir que dentro destes conceitos, o feminismo acaba por ser uma realidade que as trabalhadoras sexuais não buscam aprofundar, com medo de serem julgadas. Isto pode afastá-las da realidade de tentar lutar por um feminismo mais inclusivo, ou lutar pelo direito de ser incluída na sociedade.

Também pode haver a possibilidade do estigma reforçar a visão abolicionista e vice-versa, o que também dificultaria o processo de regulamentação. Isto se dá a partir de que a trabalhadora sexual vista pela perspectiva abolicionista está à margem da sociedade e precisa de um “resgate desta vida”. Isso é reforçado pela ideia da estigmatização destas mulheres, vistas como vítimas de um sistema que as coloca à parte e como marginalizadas.

El feminismo moderado y los movimientos sociales a favor de los derechos de las prostitutas argumentan que el estigma es una consecuencia directa del control social ejercicio sobre las mujeres y que una forma de combatirlo sería precisamente buscar canales de empoderamiento para las trabajadoras sexuales,

reconociendo sus derechos civiles y laborales (Pheterson, 2000; Juliano, 2004; Garaizábal, 2007 todos citados por Riopedre, 2010).

Desta forma, observa-se que o abolicionismo pode reforçar o moralismo, ao envolver o conceito do ‘politicamente correto’ frente aos valores ideais da sociedade. Assim como posicionar as mulheres como vítimas, faz com que reforcem este papel estigmatizante. Ao observar no terreno, este olhar vitimizante afasta as mulheres de garantirem seus direitos básicos, lhes deixando ainda mais vulneráveis, sempre a tentar trazê-las para uma realidade paralela que não se encaixa no mundo real das trabalhadoras sexuais. Após a observação no terreno, não é possível identificá-las como vítimas, mas sim como mulheres em luta e em busca de uma vida melhor.

3.2 Vida dupla e maternidade

A vergonha junto com o reforço do estigma faz com que as trabalhadoras sexuais exerçam dois papéis na rotina de seu dia-a-dia, cumprindo uma vida dupla. Isso se mostra de diversas formas, sendo elas: a maioria das mulheres esconde sua profissão de seus filhos e família, muitas saem de casa à noite escondidas de vizinhos, dizem ter vergonha de contar para alguns amigos e conhecidos, algumas escondem inicialmente sua profissão quando se relacionam amorosamente com alguém. Parece que os dois papéis não podem se misturar, criando esta barreira, como se não fosse possível trabalhar com o sexo e ser uma boa mãe, ou mostrar um “bom exemplo” na família.

Um exemplo que foi muito observado no terreno e que pode ser um grande símbolo da vida dupla é a alteração de nomes durante o trabalho. As mulheres com quem tive contato na pensão não utilizam seus nomes verdadeiros enquanto estão a trabalhar, portanto, sempre se apresentam e são reconhecidas por nomes fictícios. Quando lhes perguntava seus nomes elas diziam: *quer o meu nome verdadeiro ou o de trabalho?* Neste caso, o nome de trabalho é para garantir sigilo da sua vida pessoal, a fim de não mesclar com a vida profissional. Há algumas exceções para revelar o verdadeiro nome, como no caso das profissionais do sexo que se envolvem com os clientes de forma emocional e que se tornam seus parceiros afetivos. Desta forma, nota-se que a alteração do nome, esconde a sua verdadeira identidade para a sociedade, e neste sentido, reforça o fenômeno da vida dupla. Outra situação que pode estar relacionado com este fenômeno é a percepção e apropriação do corpo feminino e suas divisões, como citado anteriormente, segundo Pasini (2005), a divisão do *corpo-afeto* e o *corpo-mercadoria*. Neste caso, dividir o símbolo corporal afetivo do símbolo do corpo profissional pode alterar as formas de

lidar com o corpo durante uma relação afetiva ou de trabalho, mostrando assim, como é dividir seus papéis sociais em uma vida dupla.

O estigma dentro de suas casas, da família, da “boa mãe” que não pode ser, segundo elas, simultaneamente uma trabalhadora do sexo. Portanto reconhece-se uma vida com dois papéis, a divisão de duas vidas paralelas, como se não pudessem ser misturadas porque “é errado” ser mãe e ser trabalhadora sexual. O estigma da esposa, da mulher que não pode ser “puta” porque é feio, porque não se dá ao respeito, o que remete a um sentimento negativo.

Segundo Goffmann, (1963), este mecanismo de vida dupla é uma forma de encobrimento, no qual aquele que sofre o estigma mantém duas vidas simultaneamente a fim de esconder para uma parte da sociedade sua verdadeira identidade, geralmente as pessoas mais próximas, como família e amigos, assumindo a verdade para poucas pessoas. Ainda, o mesmo autor, considera também que há sempre alguma relação específica que se estabelece, um vínculo de confiança que se torna um ponto de segurança.

De acordo com Goffmann (1963), essa vida dupla gira em torno de dois extremos, sendo eles a completa informação e a nenhuma informação sobre o estigma, no caso o trabalho sexual:

Mesmo quando alguém pode manter em segredo um estigma, ele descobrirá que as relações íntimas com outras pessoas, ratificadas em nossa sociedade pela confissão mútua de defeitos invisíveis, leva-lo-ão ou a admitir a sua situação perante a pessoa íntima, ou a se sentir culpado por não fazê-lo. De qualquer maneira, quase todas as questões muito secretas são, mesmo assim, conhecidas por alguém e, portanto, lançam sombras sobre o indivíduo (p.73).

Manter a vida dupla é um mecanismo que pode ser solitário para as trabalhadoras sexuais, não podendo compartilhar grande parte da sua vida para as pessoas que mais amam. “La gestión del estigma se resuelve frecuentemente manteniendo un falso discurso con la unidad familiar con el fin de evitar el conflicto” (Riopedre, 2010, p. 552).

No caso das trabalhadoras sexuais, ao carregar o estigma junto com o peso do moralismo, elas escondem sua profissão principalmente de sua família, incluindo seus filhos e também amigos e vizinhos. Bárbara expõe como mantém sua vida dupla: *eu espero meu filho dormir para me arrumar para trabalhar, ele sabe que eu trabalho a noite, mas não com o quê. Se ele não dorme, eu levo a maquilhagem e roupa para a pensão, as vezes tenho que me esconder dos vizinhos, saio sempre muito rápido. Teve um*

dia que um dos vizinhos me viu sair à noite e eu estava pronta para trabalhar, eu morri de vergonha, nunca mais quis encontrar ele na rua ou no meu prédio.

No caso de todas as mulheres que conheci, apenas Renata compartilhou com sua filha sobre sua profissão: *sou muito próxima da minha filha, ela desconfiava da minha profissão, sempre a ver quando começava a me maquiar e arrumar para sair para trabalhar. Um dia ela começou a conversar e disse “eu sei mãe, eu sei com o que você trabalha”, contei toda a verdade e ela não me julgou, me abraçou e me aceitou. Senti-me muito aliviada, como tivesse tirado um grande peso de minhas costas.*

É possível ressaltar que este mecanismo da vida dupla, está relacionado com o papéis sociais da mulher, assim observamos a razão pela qual o papel da trabalhadora sexual não se mistura com o papel de mãe. Nota-se a grande influência do papel da maternidade e o ideal do exercício materno.

A partir disso, segundo Sacramento e Ribeiro (2013), dentro da perspectiva conservadora, analisa-se ainda o papel social da mulher como “esposa, mãe, cuidadora do lar”, de uma forma positiva, enquanto a prostituta ocupa um papel de algo negativo, e assume a rejeição da sociedade, pois nota-se que sempre que a mulher está associada ao prazer, ao poder e à liberdade há um julgamento moral com um peso dado pela sociedade onde a mulher deve-se colocar em um lugar inferior ao homem em diversos contextos.

De acordo com Pasini (2005), há uma ambiguidade dentro destas colocações que devem ser analisadas diante de duas perspectivas, dentre elas a conservadora e a liberal. Dentro da perspectiva conservadora, o homem possui um domínio sobre a mulher, criando a imagem de que o papel social da mulher seja o “mãe, esposa”, e que a prostituta serve-lhe para oferecer prazer. Ainda consoante a mesma autora, dentro da perspectiva liberal, a mulher é tão livre a ponto de dominar seu próprio corpo, sua sexualidade e pode escolher fazer o que quiser, incluindo satisfazer o homem em troca de uma recompensa, no caso, financeira. São dois extremos, um visto como um ato de submissão ao homem e outro visto como o maior ato de liberdade sexual da mulher.

Esta divisão e todos os modelos dentro dos papéis da mulher, foi ensinado ao longo da história da sociedade. Segundo Vásquez (2014), “a representação social da mulher-mãe como “padrão de Mulher” ainda se manteve fortemente enraizada no imaginário social” (p. 168). Ainda segundo o mesmo autor, historicamente, o “correto” para as mulheres e o padrão a ser cumprido é que todas devem desejar ser mães, e, assim, doar-se inteiramente, de forma incondicional, para seus filhos e família, diante de padrões pré-estabelecidos.

Conforme Vásquez (2014), esta construção sócio-cultural é constituída diante de dois principais pontos: o modelo médico e religioso. Dentro do modelo religioso, a influência do ideal da maternidade que corresponde à pureza da mãe foi inserida através da figura de Maria, mãe de Jesus Cristo, que consolidou o padrão de maternidade e feminilidade, assim associando que a mãe é a mulher perfeita, aquela que se doa inteiramente ao filho, com devoção e amor. “Desta forma, Maria foi construída como exemplo de mãe, ou melhor, foi discursivamente criada como sendo “a mãe” por excelência. Ela é aquela que tudo suporta, que sofre calada, que se mantém casta, mesmo depois do parto” (Vásquez, 2014, p. 169).

Diante disso, a mulher que não cumprir esta imagem está sujeita ao pecado. Esta forma de idealizar a maternidade é injusta pois se torna inatingível às mulheres. A luxúria, o ato sexual e todos os outros pecados relacionados ao dever moral do feminino, acabam por estigmatizar ainda mais as mulheres que não cumprirem este papel, lhes trazendo o sentimento de culpa.

Para diminuir a “culpa” da luxúria do ato sexual caberia a mulher ser uma boa mãe, ou seja, colocar a criança em primeiro lugar na sua vida, ser recatada, ser generosa, ser compreensiva e sofrer calada. Eis o ideal cristão da maternidade que deveria ser o norte das mulheres em geral. (Vásquez, 2014, p. 170)

De acordo com Vásquez (2014), o modelo religioso trouxe diversas consequências na vida das mulheres, e principalmente quando se trata das trabalhadoras sexuais, o pensamento que engloba os deveres sociais e morais das mulheres lhes remete ao sentimento de culpa e insuficiência. Assim, pode-se observar as consequências destes pensamentos nos dias atuais, quando as trabalhadoras sexuais separam fielmente seus papéis no seu trabalho e em família, quando ocupam o papel de mãe, assim cumprindo e aceitando uma vida dupla. Ainda segundo o mesmo autor, outro ponto no qual se impõem observações relativamente à mulher e à maternidade é na medicina. No modelo médico, historicamente, a mulher foi exclusivamente centrada na maternidade, ou seja, o foco do corpo da mulher e tudo que envolveria seus estudos baseavam-se na maternidade.

Para Foucault (1985), a sociedade moderna foi demarcada pelo paulatino processo de educação de corpos. Assim se percebe que as intervenções dos saberes, em especial os saberes médicos sobre os corpos, tem sido uma constante na contemporaneidade. As mulheres e seus corpos passaram por este processo de interferência de forma mais intensa por sua relação com a capacidade de gestar e parir. Este momento singular na vida feminina deixou de ser assunto de cunho

privado exclusivamente e, se transferiu para a esfera pública, ou seja, com a interferência médica-hospitalar no parto a maternidade ganhou uma politização (Vásquez, 2014, p. 171).

Nota-se, então, que além da pressão religiosa frente ao corpo da mulher, realizada através do moralismo, observa-se que a medicina também tenta obter, de certa forma, controle sobre o corpo feminino, como se a mulher como mãe devesse ter total dedicação e abdicar de seus corpos, sua estrutura como mulher sexual, para cuidar somente dos filhos. Além disso, o discurso da maternidade foi e ainda carrega aspectos higiênicos, no sentido de justificar que a mulher tem que manter-se no lar para cuidar da família e, considerando o facto de que só a mulher pode amamentar seu filho, ela deve permanecer em casa para cumprir inteiramente esta função (Costa, 2010).

A imagem que o modelo médico reforça leva ainda mais a divisão de papéis da mulher, afastando totalmente o ato e desejo sexual da maternidade fazendo com que o feminino tenha que se dividir e ainda decidir qual papel ocupar. Assim, todas essas pressões sociais implicam de certa forma na existência da mulher inúmeras consequências. Desde que esta imagem foi construída ao longo do tempo e constituída e tomada como verdade pela sociedade, assim se reforçou o ideal materno e o exemplo de mulher para atingir um objetivo quase inalcançável, lhes remetendo um sentimento de culpa.

No dia-a-dia no terreno, é muito nítido como a maternidade envolve a vida das mulheres, pois sempre estavam a relatar casos com seus respectivos filhos e famílias. A maioria das mulheres que conheci são mães. Toda a motivação e a força para continuar no trabalho sexual se dá através de oferecer uma vida melhor para seus filhos, como por exemplo oferecer estudo e conforto, ou melhores possibilidades (Alvim, 2013; Oliveira, 2008; Ribeiro, 2004). Muitas vezes, deste modo, as trabalhadoras sexuais também desistem de se assumirem para o mundo, e optam por manter em segredo suas vidas pelos seus filhos.

Para além da preocupação da vergonha de sua profissão, as trabalhadoras também sentem medo que algo possa acontecer com seus filhos relacionado com o conhecimento da sua atividade. Soraia comentou: *imagina se na escola do meu filho descobrem que eu sou puta, ele seria vítima de bullying, as professoras não me levariam a sério e ainda tenho medo da escola intervir na minha educação, eu não quero mal para os meus filhos.*

Para estas mujeres existe uma preocupación constante con respecto a que sus hijos/as experimenten consecuencias negativas del ejercicio de la prostitución,

relativas tanto al estigma de ‘ser hijo/a de uns prostituta’ o de vivencias situaciones de violências posiblemente vinculadas a este ambito (Cristofanini, 2017, p. 167).

No discurso das mulheres, em todos os encontros, ao menos uma vez era citada a razão maior por elas estarem a trabalhar com o sexo e esta razão sempre era sua família e filhos, para lhes prover uma vida com mais qualidade, com mais oportunidades do que as que elas tiveram. Rebeca sempre comentava: *quero que minha filha estude, faça uma boa faculdade, ela quer ser psicóloga e tem todo meu apoio.*

Joana afirma: *o problema é que não consigo largar a prostituição, tenho um filho e não consigo manter minha família com um salário mínimo de 600 euros, portanto quando penso em sair da prostituição, fico sem saída para manter minha família. Não vou pedir dinheiro pra um filho da puta [referindo-se ao ex marido], prefiro pedir para vários deles [referindo-se aos clientes]. Renata completa: eu quero poder pagar o inglês que eu não tive p’ra minha filha, com o salário mínimo de Portugal uma pessoa não se mantém sozinha, imagina uma mãe solteira com dois filhos, pagar casa para três pessoas, manter uma vida estável com 600 euros...*

Dar melhor vida/educação aos filhos”, “ganhar mais dinheiro”, “pagar dívidas/hipotecas”, “ajudar a família”, são as respostas que concentram a quase totalidade de respostas das mulheres mães sobre as principais razões que as conduziram até o exercício da prostituição, e em especial à prostituição no mundo dos mais ricos, em países europeus, do outro lado do mundo, antes vista como a forma mais rápida, mais acessível e, sobretudo, mais eficiente de lograr aquelas metas (Ribeiro, 2004, p. 34).

Em alguns relatos, conheci a história de Cláudia que optou por vir para Portugal para ajudar sua família, mas que deixou sua filha no Brasil ao cuidado dos avós. Cláudia todos os dias me mostrava fotos de sua filha ficando quase a chorar. Cláudia também dizia: *para minha filha sair ou p’ra fazer qualquer coisa ela tem que pedir permissão p’ra mim, eu que sou a mãe dela, eu ‘to longe, mas eu que coloco as regras.* Neste caso, estar longe dos filhos para lhes prover uma vida melhor foi um grande desafio, a decisão de se afastar não foi fácil segundo Cláudia, mas ela acredita ter sido um ato de amor, para melhorar a vida de sua filha.

Dentro da experiência da maternidade, as mulheres tinham diversos relatos sobre suas condições com os pais das crianças e as condições que mantêm essa relação atualmente. É notável que todas as mulheres possuem histórias complexas em relação aos

ex-parceiros afetivos. Os pais de seus filhos eram casos de ex-maridos, ex-namorados até casos afetivos pontuais. Uma observação importante: não conheci nenhuma trabalhadora sexual que tenha engravidado de um cliente. Dentro destas histórias, a maioria dos pais são ausentes, outros vivem em outros países e somente uma minoria participa da criação dos filhos junto com as mães. No caso de Rebeca, ela afirma: *na pandemia (Covid 19) eu tive que pedir ajuda ao pai das minhas meninas, ele me enviou dinheiro dois meses. Foi uma situação de emergência, ele não me ajuda e não é muito presente, mas pela primeira vez pude contar com ele.*

O exercício da maternidade é tão latente que se torna o sentido da vida das trabalhadoras sexuais colocando sempre como prioridade a vida de seus filhos, além de obter um maior conforto, independência e qualidade de vida; assim, a razão pela qual elas tomaram a decisão de trabalhar com o sexo foi para lhes dar mais oportunidades. Assim, esta relação reflete-se em todas as decisões das mulheres, incluindo no que se refere ao trabalho sexual. Por amor a eles justificam a vinda para a atividade (Oliveira, 2002).

Enquanto indicador do valor que atribuem aos filhos, esta noção de sacrifício maternal que de forma textual, ou apenas implícita surge, amiudadas vezes, no discurso destas mulheres associada ao exercício da prostituição, ganha, todavia, um significado muito mais preciso, quando se constata que a imensa maioria destas mães vive este sacrifício em segredo, em silêncio, à revelia do conhecimento dos filhos que o inspiram e dele aproveitam e no profundo temor de que eles o venham a descobrir. A pergunta sobre se existe alguém que gostaria que nunca tivesse conhecimento da sua actividade, recolhe os filhos como a mais elevada frequência de respostas, por parte das inquiridas que são mães (Ribeiro, 2004, p. 34).

Neste sentido, ser mulher, mãe e ser trabalhadora sexual se torna um ato político. A mulher que possui a liberdade de exercer uma profissão que corresponde à escolha do uso de seu corpo, se torna um ato político pois vai totalmente contra ao que lhes foi ensinado ao longo da história. Diante disto, nota-se a relação com a independência com seu corpo, dentro da sua liberdade de controle e escolha. No caso das mulheres que conheci no terreno, muitas delas têm conhecimento que merecem o reconhecimento dentro de seu espaço, a fim de defender serem mães e trabalhadoras sexuais, mas o estigma que carrega este facto está enraizado a ponto de não conseguirem admitir isso ao mundo e à sociedade, remetendo-as à insegurança e, por isso, o medo do risco de tomar uma decisão de exposição permanece.

De acordo com Roberts (1996) citado por Ribeiro (2014) “a divisão das mulheres em prostitutas ou boas mães que os homens quiseram impor é uma das maiores mentiras que se contam acerca da prostituição, por ser certo que é, justamente, por serem boas mães que muitas destas mulheres são prostitutas” (p.34).

No terreno, muitas mulheres tinham o discurso de terem medo de se assumirem trabalhadoras sexuais e perderem a guarda de seus filhos, porque, supostamente, ser trabalhadora sexual não lhes daria condições de criar uma criança. Ao contrário de que além das mulheres estarem batalhando para lhes conceder uma vida melhor, elas possuem horários mais flexíveis para poder passar mais tempo e participar ainda mais da educação de seus filhos. O estigma de que as trabalhadoras sexuais não têm condições para serem boas mães deveria acabar, foi nestas situações que percebi que as mulheres fazem tanto pelos filhos que abrem mão muitas vezes de priorizarem suas vidas.

Es necesario señalar que en las entrevistadas no está presente la imagen de ser ‘malas madres’ por ejercer la prostitución, puesto que entienden que separan exitosamente ambos mundos; y si bien han experimentado el estigma social relativo a la prostitución, éste no está interiorizado en relación a su experiencia de maternidad, por el contrario, sienten orgullo de brindarle un soporte económico a sus hijos/as al no contar con el padre y, en cierto modo, el peso de este estigma se equilibra con el hecho de haber logrado una maternidad exitosa (Cristofaninni, 2017).

Dentro de minha análise do terreno, percebo que a trabalhadora sexual tem todos os recursos para garantir a possibilidade de cumprir seu papel de mãe de maneira adequada para sua família. No discurso das mulheres, não falta dedicação, amor e o desejo de poder dar novas oportunidades de escolha e de vida para seus filhos. A escolha de trabalhar com o sexo foi o meio que mais a aproxima de atingir estes objetivos e o mais próximo da realidade das mulheres, considerando suas condições e históricos de vida. Nota-se a importância dos filhos na vida das trabalhadoras sexuais. De acordo com Oliveira (2008), “os filhos são o que têm de mais precioso; é por eles que elas se sacrificam” (p. 252). E é neste sentido que as profissionais do sexo se motivam para lhes prover uma melhor qualidade de vida e um futuro para eles.

4. Conclusões e reflexões finais

Pode-se concluir, através da observação e resultados obtidos no terreno, junto com a análise e referencial teórico, que o estigma provoca grande impacto na vida das trabalhadoras sexuais. A estigmatização das mulheres profissionais do sexo reforça situações de vulnerabilidade, tais como a exclusão, a vitimação, a desumanização e a marginalização, o que torna o tema um grande tabu com pouca discussão e proximidade da verdadeira realidade destas mulheres. Dentro destas perspectivas, algumas correntes, como o feminismo radical e a política do abolicionismo, através de ideais que reforçam o estigma, acabam por afastar as mulheres profissionais do sexo de ter uma inserção na sociedade, com seus direitos garantidos, como proteção social, jurídica e fácil acesso e inclusão nos serviços de saúde, sem que sejam estigmatizadas.

Pensando na prostituição como um fenómeno que pode ser compreendido a nível social, ainda pode ser analisado pelo contexto histórico, cultural e político. Portanto, pode-se assim observar a questão da relação da sexualidade da mulher, sua relação com o corpo e o comércio sexual, ao perceber que todos estes contextos estão interligados entre si influenciando assim o olhar da sociedade em relação à mulher trabalhadora sexual e suas respectivas consequências. Desta forma, ressalta-se a importância de reconstruir estes conceitos, a fim de ocorrer uma desestigmatização e inclusão das profissionais do sexo na sociedade.

Diante dos temas observados nota-se que a regulamentação da prostituição poderia ser um grande contributo para garantir todos os direitos básicos e necessários para a segurança da trabalhadora sexual. Desta forma, através de leis, o comércio sexual poderia ser controlado e supervisionado, reduzindo assim situações de exclusão, violência e vergonha. Além disso, de acordo com Riopedre (2010), ressalta-se a importância de garantir a visibilidade destas mulheres, de tratá-las por sujeitos sociais a fim de reconhecer seus direitos de cidadania. Também, ainda segundo o mesmo autor, deve-se considerar a necessidade de uma desconstrução social sobre a prostituição para rejeitar conceitos enraizados na sociedade, e também vale ressaltar que o processo de desestigmatização é acompanhado de uma grande desconstrução social e histórica. Assim, estas pautas, junto com a mudança legislativa, seria o caminho ideal para o reconhecimento do trabalho sexual como um direito de escolha da mulher profissional do sexo e que não a desumaniza ou deslegitima. Segundo Alvim (2013), o reconhecimento

da prostituição como um trabalho poderia colaborar para que políticas e agentes sociais identificassem com mais facilidade situações de violência e exploração, lhes trazendo mais segurança e também a possibilidade de inclusão social.

Por conta do estigma, o sentimento de vergonha está associado à prática do comércio sexual, mesmo que este seja feito através de uma escolha. Um dos impactos deste sentimento é conduzir uma vida dupla que cumpre e ocupa dois papéis sociais, um dentro de seu trabalho, e outro fora. Isto torna-se psicologicamente exaustivo e cansativo quando se trata dos aspectos pessoais, como se estivessem a viver uma parcela de sua realidade dentro de uma mentira, o que remete para um sentimento de solidão no qual devem esconder a sua verdadeira identidade. Este sentimento é muito reforçado quando associado ao exercício da maternidade. Diante de todos os padrões estipulados para a mulher e para a maternidade, as trabalhadoras sexuais são julgadas como sendo menos capazes de cumprir o papel materno. Portanto, a maternidade junto com a prática do trabalho sexual gera muitas dúvidas, julgamentos e estigmatização, observando-se casos de mulheres que estão sujeitas a perder o direito da guarda de seus filhos simplesmente pela escolha de seu trabalho. Durante minha observação de terreno, percebi que as mulheres estão dispostas a fazer de tudo para garantir uma boa qualidade de vida para seus filhos, tendo como objetivo prover-lhes um futuro com educação e boas oportunidades, o que as torna capacitadas para lhes prover cuidado e a atenção necessária para sua família.

Durante esta investigação houve alguns aspetos que determinaram limitações, dentre elas a dificuldade de estabelecer vínculos de longo prazo com as trabalhadoras sexuais. Isto pode ser justificado pela rotatividade das mulheres em seu trabalho, que variava e mudava de acordo com seus horários e disponibilidade e também porque mudavam temporariamente de pensão e/ou ambiente de acordo com a maior necessidade e interesse das mesmas. Além disto, a entrada e saída do comércio do sexo era muito frequente: muitas mulheres interrompiam seu trabalho temporariamente e, depois, retornavam, de acordo com suas demandas pessoais. As participantes com quem fizemos o trabalho de terreno foi reduzida somente às que trabalhavam numa determinada pensão, o que torna a observação limitada a apenas uma realidade de trabalho. Assim, consideramos que seria importante abranger outros territórios e ambientes de trabalho dentro do comércio do sexo, para conhecer outras realidades que se podiam configurar como diferentes. Outra limitação a ser considerada foi a pandemia da Covid-19 que ocorreu em pleno período do trabalho no terreno, que, desta forma, teve que ser

interrompido. Assim, após a retomada das atividades, o acesso à pensão ficou dificultado devido às normas de segurança e de distanciamento social, afetando assim o vínculo com as mulheres que, conseqüentemente, foi mais difícil e resistente.

Para terminar, ressaltamos a importância da necessidade de continuar a discussão sobre o tema do trabalho sexual, a fim de explorar as demandas das profissionais do sexo, de forma a ampliar os conhecimentos da realidade e da verdadeira necessidade destas mulheres. Note-se, ainda, a necessidade das trabalhadoras sexuais serem reconhecidas, para se romper com o estigma e humanizá-las. Assim, poderemos garantir-lhes o direito de assumirem as suas verdadeiras identidades e o direito de existirem em sociedade.

5. Referências Bibliográficas

- Alvim, F. (2013) “*Só muda a moeda*”: representações sobre tráfico de seres humanos e trabalho sexual em Portugal. Tese de Doutoramento, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.
- Barroso-Pavía, R. (2020) Modelos ideológicos de regulação da prostituição ou trabalho sexual: abordagem a partir de uma perspectiva jurídica e social. Centro de Estudos Sociais, Oficina n.º 454. <http://hdl.handle.net/1822/54620>
- Burbulhan, F., Guimarães, R. M., & Bruns, M. A.. (2012). Dinheiro, afeto, sexualidade: a relação de prostitutas com seus clientes. *Psicologia em Estudo*, 17(4), 669-677. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722012000400013>
- Costa, F. B. N. (2010, 19-23 Julho). Prostituição, maternidade e infância. Escolinha Comunitária Nilton Guedes: Um busca por cidadania e reversão do estigma de prostitutas e seus filhos (1988-1997). XIV Encontro Regional da Associação Nacional da História: Rio Memória e Patrimônio, Rio de Janeiro. Anais: Rio de Janeiro, UniRio.
- Cristoffanini, M. T. (2017). Maternidad y prostitución ¿contradictorias y excluyentes? *Revista Estudos Feministas*, 25(1), 167-185. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p167>
- Goffman, E. (1988, ed. orig. 1963). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (4ª ed.) Rio de Janeiro: LTC.
- Leite, I. F. (2016). Prostituição feminismo e capitalismo no debate legalização vs. incriminação. *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, 35, 93-113. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-68852016000100008&lng=pt&tlng=pt.
- Mendonça, D. (2013, 12 de Abril). A prostituição sob o olhar do feminismo que transforma. *Blog da Marcha Mundial das Mulheres*. <https://marchamulheres.wordpress.com/2013/04/12/a-prostituicao-sob-o-olhar-do-feminismo-que-transforma>
- Oliveira, A. (2002). *Da prostituição ao trabalho sexual: actrizes, práticas e contextos*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

- Oliveira, A. (2004, 28-30 Outubro). Prostituição, exclusão e violência: estudo empírico da vitimação sobre prostitutas de rua. II Congresso Internacional de Investigação e Desenvolvimento Sócio-Cultural. Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação.
- Oliveira, A. (2008). *O mundo da prostituição de rua: trajectórias, discursos e práticas. Um estudo etnográfico*. Tese Doutoramento, Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Oliveira, Alexandra. (2013). Prostituição feminina, feminismos e diversidade de trajetórias. *Ex aequo*, 28, 17-30.
http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602013000200003&lng=pt&tlng=pt.
- Oliveira, A., & Fernandes, L. (2017). Trabajadores del sexo y salud pública: intersecciones, vulnerabilidades y resistencia. *Salud colectiva*, 13(2), 199-210.
<https://www.scielosp.org/pdf/scol/2017.v13n2/199-210>
- Pasini, E. (2005). Prostituição e a liberdade do corpo. CLAM – AMB - 15.04.05.
<http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/Elisiane.pdf>
- Piscitelli, A. (2012) Feminismos e prostituição no Brasil: uma leitura a partir da antropologia feminista. *Cuadernos de Antropología Social*, nº 36. Buenos Aires: 2012, pp. 11 – 31. <https://www.redalyc.org/pdf/1809/180926074002.pdf>
- Ribeiro, M., Silva, M., Schouten, J., Ribeiro, F. & Sacramento, O. (2007). *Vidas na Raia*. Porto, Portugal: Edições Afrontamento.
- Ribeiro, M. (2004, 12-15 Maio) As prostitutas também são mães: contornos e conteúdos de uma condição (quase sempre) extrema. Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção Atelier: Exclusões.
- Riopedre, J. L. (2010) Inmigración colombiana y brasileña y prostitución femenina en la ciudad de lugo: historias de vida de mujeres que ejercen la prostitución en pisos de contactos. Tese de doutoramento. Departamento de Sociología I. Facultad de Ciencias Políticas y Sociología. UNED. Madrid, 2010.
- Sacramento, O., Ribeiro, M. (2014) Mulheres marcadas: prostituição, ordem e exclusão. *Cuadernos de Trabajo Social*, v. 27, n. 1, p. 199-211.
DOI: 10.5209/rev_CUTS.2014.v27.n1.41727
- Santos, J. (2007) Pelas ruas da cidade: a prostituição na Baixa Lisboa. CIES e-Working Paper Nº21/2007. <http://hdl.handle.net/10071/259>

- Silva, M., Machado, H. & Silva, S. (2002) Direito, ciência e o corpo feminino: a prostituição como objecto de fronteira, *Cadernos do Noroeste, série Sociologia*, 18, 1-2, pp. 183-203. <http://hdl.handle.net/1822/54620>
- Silva, M. F. (2017). O contrato de prostituição e a regulamentação da atividade: por um viés feminista e através dos direitos de personalidade. *Idéias*, v. 19 1(1). <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ideias/article/view/230460>
- Silva, Susana. (2007). Classificar e silenciar: vigilância e controlo institucionais sobre a prostituição feminina em Portugal. *Análise Social*, 184, 789-810. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732007000300005&lng=pt&tlng=pt.
- Vasquez, G. (2014). Maternidade e feminismo: notas sobre uma relação plural. *Revista Trilhas da História*, 3(6), 167-181. <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/472>